

em defesa da pesquisa

# A tática eleitoral: as candidaturas do MST e a questão agrária nas eleições de 2022

La táctica electoral: los candidatos del MST y la cuestión agraria en las elecciones de 2022

The electoral tactics: MST candidatures and the agrarian question in the 2022 elections

Carol Matias Brasileiro<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: carolmbrasileiro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1838-9467>.

Submetido em 23/05/2024

Aceito em 11/11/2024

## Como citar este trabalho

BRASILEIRO, Carol Matias. A tática eleitoral: as candidaturas do MST e a questão agrária nas eleições de 2022. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 849-876, jan./jun. 2025.

**insurgência**



**OFUNGO**  
Observatório Fundiário Goiano

**InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**

v. 11 | n. 1 | jan./jun. 2025 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684

Dossiê realizado em colaboração com os projetos de extensão **NAJUP Luiza Mahin**, **OBUNTU** e **OFUNGO**



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

# A tática eleitoral: as candidaturas do MST e a questão agrária nas eleições de 2022

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as candidaturas eleitas de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelo Partido dos Trabalhadores em 2022 e as formas de ampliar arenas de disputa do movimento sobre a Reforma Agrária Popular. Após a análise do tratamento da questão agrária durante as eleições, estudamos o caso da deputada estadual do Pernambuco Rosa Amorim. Argumentamos que as agendas eleitorais se hibridizam com repertórios contestatórios do movimento numa conjuntura neofascista de violento avanço do latifúndio na representação estatal e sobre territórios camponeses e tradicionais. Nessa relação híbrida de cooperação, evidenciam-se as contradições entre as defesas de movimento e partido, o que se apresenta como desafio para as candidaturas eleitas.

## Palavras-chave

Movimentos Sociais. Partidos Políticos. Questão Agrária. Repertórios de Ação Coletiva. Eleições.

## Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar las candidaturas elegidas de los militantes del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra por el Partido de los Trabajadores en 2022 y las formas en que el movimiento ha ampliado las arenas de disputa en torno a la agenda de la Reforma Agraria Popular. Después de analizar el tratamiento de la cuestión agraria durante las elecciones, estudiamos el caso de la diputada del estado de Pernambuco Rosa Amorim. Argumentamos que las agendas electorales se hibridan con los repertorios contestatarios del movimiento en un contexto neofascista de avance violento del latifundio en la representación estatal y sobre los territorios campesinos y tradicionales. En esta relación híbrida de cooperación, salen a la luz las contradicciones entre las defensas del movimiento y las del partido, lo que representa un desafío para los candidatos electos.

## Palabras-clave

Movimientos Sociales. Partidos Políticos. Cuestión Agraria. Repertorios de Acción Colectiva. Elecciones.

## Abstract

The aim of this paper is to analyze the elected candidatures of militants of the Landless Rural Workers' Movement for the Workers' Party in 2022 and the ways in which the movement's arenas of dispute over the agenda of Popular Agrarian Reform have been broadened. After analyzing the treatment of the agrarian question during the elections, we study the case of Pernambuco state deputy Rosa Amorim. We argue that electoral agendas are hybridized with the movement's contestatory repertoires in a neo-fascist context of the violent advance of landowners in state representation and over peasant and traditional territories. Besides, in the hybrid relationship of cooperation between the MST and the PT, the contradictions between the movement's and the party's defenses are evident, which presents a challenge for the elected candidates.

## Keywords

Social Movements. Political Parties. Agrarian Question. Collective Action Repertoires. Elections.

## Introdução

Na última corrida eleitoral de 2022, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançou 15 candidaturas de seus quadros de ativistas aos legislativos federal e estaduais. Destas, 6 foram eleitas, todas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), dos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (MST, 2022a).

Considerado atualmente o maior movimento social da América Latina, esta é a primeira vez, desde sua criação, que a direção nacional do MST articula para que seus ativistas disputassem cargos nos legislativos estadual e federal, já com êxitos significativos. Ou seja, embora desde a redemocratização militantes sem-terra viessem a se candidatar de forma autônoma<sup>1</sup>, inclusive com quadros eleitos, somente em 2022 a postulação de candidaturas foi coordenada pela direção nacional do movimento, adotando a representação eletiva como tática. Segundo noticiou o MST, a decisão teve como objetivo “promover parlamentares que estejam comprometidos/as com a construção de um projeto popular para o país” e “garantir uma base de governabilidade de um possível governo Lula, que concorre às eleições neste 2º turno” (MST, 2022a).

Por meio da mobilização dos sem-terra e da educação popular, o movimento não apenas se apresenta como a principal voz que reclama por uma Reforma Agrária Popular<sup>2</sup>, como também contribui para a formação de um Projeto Popular para o Brasil (Morissawa, 2001). Dado o protagonismo do MST na luta pela terra e na mobilização do debate sobre a questão agrária na história recente brasileira, a

<sup>1</sup> A exemplo desse histórico, a edição 57 do Jornal Sem Terra, de outubro de 1986, apresenta os candidatos em cada estado que teriam apoio do movimento nas eleições de parlamentares constituintes, estaduais e governadores daquele ano, entre militantes sem-terra, trabalhadores rurais e apoiadores. Paralelamente, orientava quais eram as candidaturas promovidas pela União Democrática Ruralista (UDR), que não deveriam ser votadas. A executiva nacional publicou nota indicando a posição do movimento de que seguiria independente de qualquer partido, mantendo como princípio básico a “luta pela terra e a transformação da sociedade”, mas que apoiaria candidaturas que se comprometessem com o conjunto da classe, especialmente quanto à questão agrária. Todos os candidatos que receberam apoio eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), com exceção de candidatos indígenas que concorriam a deputados constituintes pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) (Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra, 1986, p. 3-9).

<sup>2</sup> Por Reforma Agrária do tipo popular compreende-se a “distribuição massiva de terras a camponeses no contexto de processos de mudanças de poder, nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses.” Diferentemente da hipótese radical, em que tal distribuição de terras é realizada pelos próprios camponeses, a Reforma Agrária Popular faz uso de leis de reforma agrária, que têm a colaboração dos movimentos camponeses. Os casos históricos mais notórios ocorreram no decorrer do século XX na China, no Egito, no Vietnã, em Cuba e na Nicarágua (Stedile, 2020, p. 22-23).

adoção da política partidária representa uma mudança tática relevante do movimento, que até então apostou em postura exclusivamente contestatória em relação ao Estado e ao modo capitalista de produção agrária.

A interação entre movimentos sociais e partidos políticos é um campo de estudos a ser explorado. De acordo com Abers *et al.* (2022), as ciências políticas subestimaram a relevância dos movimentos sociais e focaram nos atores políticos de elite inseridos na burocracia estatal. As autoras afirmam que, por outro lado, os estudiosos dos movimentos sociais interpretavam os ciclos de protestos como um sinal de estabilidade ou instabilidade política e não como um fenômeno ordinário das democracias ocidentais. Para suprir essas lacunas, elas sugerem que as interações entre movimentos e partidos sejam exploradas em concreto, considerando a trajetória dos sujeitos, os repertórios não publicizados, a conjuntura política, o sistema eleitoral, etc.

Com base nessa provocação teórica sobre a hibridização dos repertórios de movimentos sociais, nos perguntamos: como a tática eleitoral foi utilizada pelo MST em 2022 para a ampliação da agenda sobre a Reforma Agrária Popular? Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar as candidaturas eleitas de militantes do MST em 2022 e as formas de ampliar as arenas de disputa do movimento sobre a pauta da Reforma Agrária Popular. Argumentamos como hipótese que as agendas eleitorais e institucionalizadas se somam aos repertórios contestatórios do movimento numa conjuntura de violento avanço do latifúndio na representação estatal e sobre territórios camponeses e tradicionais. Além disso, supomos que as legislaturas do MST filiadas ao PT busquem fortalecer as bandeiras do movimento no interior do partido, ao passo em que fazem frente às bancadas parlamentares ruralistas.

Para tanto, utilizamos como metodologia o estudo de caso, conforme descrito por Dencker e Viá (2008), segundo o qual se examina um caso específico e contemporâneo em profundidade, relacionando-o a determinada teoria. Por se tratar de evento recente, a eleição de Rosa Amorim<sup>3</sup>, considerada uma aposta do movimento, foi analisada por meio de pesquisa documental de dados primários, como reportagens, plano de governo, atividades de campanha divulgadas em suas redes sociais e material produzido pelo movimento sobre as candidaturas de ativistas do MST em 2022. O estudo de caso buscou analisar como a hibridização

<sup>3</sup> Conforme explicitado na caracterização metodológica, o presente trabalho não aborda o mandato em curso da deputada Rosa Amorim (PT-PE), mas o processo eleitoral que elegeu candidaturas de militantes do MST, enquanto momento de aberturas e contradições táticas aos movimentos sociais, valendo-se do estudo de caso e da literatura adequada para tanto.

das ações coletivas, conforme tratada por Tarrow (2021), foi concretizada durante o processo eleitoral de 2022 que elegeu Rosa Amorim. A bibliografia levantada aborda, de um lado, a interação entre partidos políticos e movimentos sociais no contexto eleitoral e, de outro, o repertório de ações coletivas promovidas pelo MST e o histórico do movimento em sua relação com o Estado.

O texto se organiza, após esta introdução, da seguinte forma: *i*) apresentamos as bases reflexivas para compreender a ausência de dicotomia das posições de contestação e institucionalização de movimentos sociais e, em decorrência disso, os desafios colocados aos mandatos em curso de militantes do MST; *ii*) abordamos a conjuntura da corrida eleitoral de 2022, analisando a disputa presidencial, e o papel das candidaturas de ativistas sem-terra no tratamento da questão agrária; *iii*) observamos as táticas de campanha da deputada Rosa Amorim e comparamos sua plataforma eleitoral com os Fundamentos e Propostas do Projeto de Reforma Agrária Popular do MST; para, por fim, *iv*) tecermos algumas considerações finais.

## **1 A tática eleitoral: da contestação à hibridização do MST**

Iniciamos nossas reflexões compreendendo o repertório de ação coletiva historicamente construído pelo MST, de caráter essencialmente contestatório, para então analisarmos de que modo as candidaturas de ativistas do movimento filiadas ao PT representam um deslocamento para a hibridização de sua performance e repertório político.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi criado com o propósito de unificar a luta por terra e reforma agrária em âmbito nacional, após o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>4</sup>, em Cascavel, no Paraná, ocorrido entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984. As experiências dos sem-terra da época

<sup>4</sup> Desde o final da década de 1970, era crescente o volume de trabalhadores rurais sem terra e de conflitos fundiários no Brasil ditatorial. Este 1º Encontro foi antecedido pelo Encontro Regional do Sul, ocorrido entre os dias 9 e 11 de julho de 1982 em Medianeira, no Paraná, e pelo Seminário Sem Terra promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Centro de Formação da Diocese em Goiânia em setembro de 1982. Além de representantes sem-terra de todo o país, estavam também presentes no 1º Encontro intelectuais, sacerdotes, operários, indígenas e trabalhadores rurais, que compartilharam suas experiências de luta e concluíram que o maior rival do movimento era o modelo de desenvolvimento econômico capitalista no campo (Morissawa, 2001, p. 138). Apesar da evidente influência da CPT e da Teologia da Libertação na atuação do MST, em razão da proximidade com a Igreja Católica no momento de sua criação, o movimento declara-se em relação à Igreja “leigo, secular e autônomo” (Löwy, 2008, s/p). De acordo com Schwendler (2009), além desta influência, destacam-se as de matrizes marxistas, demarcadas pela luta de classes no campo, e da Educação Popular, que acompanha a formação política e o empenho de alfabetização de seus membros (Schwendler, 2009, p. 203).

debatidas neste encontro apontavam como melhor estratégia de luta a máxima “ocupar, resistir, produzir”, apesar dos grandes riscos de reprimendas violentas do Estado e da jagunçagem<sup>5</sup> que essa tática pressupunha (Morissawa, 2001, p. 138).

O MST considera-se herdeiro de todas as lutas dos sem-terra na história do Brasil, desde sua colonização e, principalmente, do último maior movimento interrompido pela Ditadura Empresarial-Militar<sup>6</sup> (Seferian, 2021): as Ligas Camponesas. No entanto, para Afonso (2016), as táticas de militância dos dois movimentos muito se distinguem. Enquanto as Ligas adotavam a prática conhecida como “atrás do toco”, escondendo-se em áreas limítrofes e abandonadas de grandes latifúndios, os militantes do MST faziam das ocupações em campo aberto uma reivindicação pública pelo assentamento das famílias e pela reforma agrária (Afonso, 2016, p. 18).

As principais ações sociopolíticas organizadas pelo MST são a ocupação, o acampamento e o assentamento. Primeiramente, o movimento identifica os latifúndios improdutivos, grilados e que desrespeitam as legislações ambientais e trabalhistas e realiza neles as primeiras ocupações, divulgando um fato político perante a sociedade e reivindicando a reforma agrária. Em seguida, o movimento se instala no local, em acampamentos de lona preta, um de seus principais símbolos (MST, 2024).

Em palestra proferida em junho de 2023, para o Seminário Interseções do Departamento de Filosofia da UFMG, o professor Gustavo Seferian, abordou sobre como a tática da ocupação busca dar utilidade imediata ao espaço reivindicado, concretizando de forma momentânea os objetivos últimos do movimento social. Para ele, por meio das ocupações os trabalhadores se reapropriam dos meios de produção e de vida que lhes foram alienados pelo sistema capitalista. Referindo-se aos movimentos de camponeses e de luta por moradia, que se organizam em rede em torno da questão fundiária no campo e na cidade, Seferian destaca a radicalidade e a importância contestatória das ocupações.

Sobre a formação dos acampamentos, Caldart (2000) aponta três objetivos principais: a formação política dos sem-terra, por meio da educação popular e da mobilização das massas; a denúncia sobre as práticas predatórias e exploratórias

<sup>5</sup> O termo jagunçagem remete à figura do jagunço, membro de milícias rurais que exercem o trabalho paramilitar de manutenção do poder das oligarquias regionais, por meio do uso da violência contra populações tradicionais.

<sup>6</sup> Gustavo Seferian (2021) caracteriza o golpe de 1º de abril de 1964 como de natureza empresarial-militar, o que se justifica pela indissociabilidade entre fins e meios do modelo político adotado até 1985 (Seferian, 2021).

do latifúndio, buscando o apoio da opinião pública na demanda por reforma agrária; e a pressão das autoridades para que tomem providências pelo assentamento dos trabalhadores e trabalhadoras acampados. A autora também chama atenção para a pedagogia da luta social, pois os militantes “se educam na experiência de tentar virar o mundo de ponta-cabeça” (Caldart, 2000, p. 208). A conquista da terra, depois de anos de luta, se dá pelo assentamento das famílias em frações de terra, em etapas definidas pela Lei nº 8.629 de 1993 (Brasil, 1993) de loteamento, cadastro dos beneficiários, sessão de crédito e titulação do imóvel rural pelo Incra.

Tal posição contenciosa corrobora com a influência marxista e os objetivos revolucionários do MST, mais presentes principalmente quando de sua criação. Todavia, de acordo com Goldstone (2003), a posição anticapitalista de determinados movimentos sociais não os torna outsiders na política institucional. Para o autor, ainda que haja, de fato, uma autoidentificação de ativistas de movimentos revolucionários como opositores ao Estado e aos sistemas políticos estabelecidos, como forma de poupá-los dos perigos da cooptação ou do comprometimento excessivo de seus valores, sempre haverá uma interação relevante entre os movimentos e a rotina da política institucional (Goldstone, 2003, p. 6-7).

A constatação de que os movimentos sociais não são outsiders impacta uma série de inferências derivadas desta característica arraigada nos estudos sobre movimentos sociais, como por exemplo, a ideia de que os movimentos se dissipam na história uma vez conquistadas suas reivindicações iniciais. Além disso, questiona-se a escolha de movimentos autônomos por se eximir da disputa institucional. Segundo Goldstone (2003),

A complementaridade entre protesto e ação política convencional (lobby, participação em campanhas eleitorais, votação) sugere que os estudos sobre a eficácia do protesto (Gamson, 1990), em termos das características dos movimentos, podem ter sido concebidos de forma equivocada. Em vez disso, pode ser a capacidade das organizações de combinar protestos e táticas convencionais para influenciar os atores do governo que melhor conduz ao sucesso do movimento (Andrews, 2001; Cress and Snow, 2000). (Goldstone, 2003, p. 7)<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Tradução livre do trecho original: “The complementarity of protest and conventional political action (lobbying, participation in election campaigns, voting) suggests that studies of the effectiveness of protest (Gamson 1990) in terms of the characteristics of protest groups may have been wrongly conceived. Rather, it may be the ability of groups to combine both protest and conventional tactics for influencing government actors that best conduces to movement success (Andrews 2001; Cress and Snow 2000).” (Goldstone, 2003, p. 7)

Ou seja, é possível – e mais eficiente – que os movimentos combinem a performance contestatória com a política institucional. Parece-nos que é justamente essa combinação que o MST busca com seus mandatos eletivos nos legislativos estaduais e federal.

Abers et al (2022) afirmam, ainda, que a institucionalização não significa conformidade. Pelo contrário, as interações entre movimentos sociais e partidos políticos na América Latina demonstram que quando ativistas ocupam a burocracia estatal continuam dependendo de grandes esforços para implementar políticas públicas contra os interesses econômicos que dominam a Administração.

Com o tempo, o MST amadureceu sua proposta de reforma agrária, ao melhor compreender as mudanças conjunturais provocadas pelo agronegócio, cada vez mais dependente do capital internacional. Segundo Martins et al (2021), pelo modelo predatório e exploratório desenhado pelo capital para a agricultura brasileira, não há espaço para uma reforma agrária do tipo clássica, “aquela que objetiva a democratização da propriedade da terra, garantindo a reprodução dos camponeses com sua integração ao mercado interno e geração de renda” (Martins; Nunes; Gasparin, 2021, p. 637), como havia proposto João Goulart antes do golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964.

Por isso, segundo os autores, hoje o MST luta em torno de um projeto de reforma agrária popular, que reúna os interesses do conjunto das classes trabalhadoras, movimentos urbanos e camponeses, cujos fundamentos veremos mais adiante na análise de seu Programa Agrário (MST, 2013).

Além dos repertórios mencionados, o MST passou a abranger outras formas de ação coletiva. Durante o acampamento, para atingir o objetivo de desapropriação da terra disputada, os militantes participam de marchas, vigílias, atos públicos, manifestações artísticas, audiências, ocupações de prédios públicos nas cidades, acampamentos diante de bancos e alguns chegam a se manifestar por meio de jejuns e greves de fome – ações sociopolíticas associadas às principais, que se relacionam com o território reivindicado (MST, 2024).

No entanto, em seus quase 40 anos de existência, somente em 2022 o MST decidiu por disputar cargos eletivos, o que não o faz abandonar os demais repertórios contestatórios. Esse movimento de combinação de diferentes táticas é chamado por Tarrow (2021) como hibridização das ações coletivas, em movimentos que apresentam relações próximas a partidos, mas mantêm sua autonomia, não se incorporando a eles.



Segundo o autor, os limites entre partidos e movimentos sociais estão cada vez mais diluídos nas democracias ocidentais. Ele distingue, então, três formas de hibridização: 1) o hibridismo horizontal – em que movimento e partido cooperam entre si em torno de interesses comuns; 2) o hibridismo vertical – quando uma organização financia um partido e vice-versa; e 3) o hibridismo do tipo misto – quando há tanto cooperação ideológica, quanto financiamento (Tarrow, 2021, p. 149).

Observamos no caso em tela que ainda que haja uma forte interação entre MST e PT, que se constituíram historicamente, há diversas contradições entre os objetivos de transformação social do primeiro e as práticas políticas do segundo, o que se coloca como desafio para os mandatos de ativistas do MST pelo PT.

Retomando esse histórico de interação, Ana Elisa Corrêa aponta como a fundação do PT, em 1980, e também da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, contou com grande participação do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essas três organizações juntas se consolidaram em torno de projeto político comum, classista e anticapitalista, o que ficou marcado pelo Programa Democrático e Popular (PDP). No entanto, ela demonstra como o PT teve uma drástica transformação de seu projeto político, cada vez menos radical, com o fortalecimento da lógica eleitoral dentro do partido (Corrêa, 2013, p. 46-47).

Após assumir a presidência da República, os governos Lula e Dilma adotam políticas consideradas neodesenvolvimentistas, pela combinação entre desenvolvimento econômico e assistência social universal. Corrêa aponta que as expectativas de movimentos sociais, inclusive sobre medidas reformistas, são frustradas durante os governos petistas, cujas políticas estiveram “muito aquém das expectativas das principais organizações” (Corrêa, 2013, p. 43). De acordo com a autora, “o governo não realiza a principal demanda do movimento, a Reforma Agrária, mas o apoio ao governo se mantém, de modo que se estabelecem relações estreitas através de programas sociais e projetos de parceria” (Corrêa, 2013, p. 51). A partir dessa análise de conjuntura, ela levanta a hipótese de que a principal característica dos governos PT seria a “capacidade de contenção das lutas sociais e apassivamento dos trabalhadores” (Corrêa, 2013, p. 46), o que teria reflexos de cooptação na atuação do MST.

Em 1990, o cientista político e dirigente do PT Juarez Guimarães avaliou, pela perspectiva da estratégia partidária, a necessidade de articulação entre “avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular”. A chamada “estratégia da pinça” em muito se assemelha com as táticas híbridas tratadas por Tarrow. As armadilhas dessa hipótese são, de um lado, “encarar a máquina do

Estado burguês como se ela fosse neutra”, ignorando a necessidade de sua subversão, e, de outro lado, “estabelecer um programa maximalista, combinado com a pretensão de criar o poder popular à margem da conjuntura”, quer dizer, de forma não dialética (Guimarães, 1990, s/p).

Apesar dos possíveis ganhos proporcionados pela hibridização tática, ela ainda é vista com certa desconfiança por parte dos militantes sociais. Inclusive no MST, o que se verifica é uma crescente atenção à política institucional e uma desaceleração das ocupações de terra e do enfrentamento direto ao latifúndio. A atuação institucional é demandante e divide os esforços de ações coletivas.

Para Gilmar Mauro, dirigente e fundador do MST, nesse cenário, substitui-se o projeto estratégico revolucionário pela disputa por instrumentos organizativos no interior do partido, “a ponto de se comemorarem as derrotas de determinadas correntes de esquerda no processo de disputa contra-hegemônico, enquanto a classe dominante manda soberana e se diverte de camarote” (Mauro, 2007, p. 111).

A política partidária na sociedade capitalista é melindrosa para os militantes revolucionários, uma vez que pressupõe que as mudanças sociais sejam feitas “de cima para baixo”. A “máquina do Estado” torna-se protagonista do projeto de transformação, enquanto as classes trabalhadoras assumem o papel de pressionar e direcionar os “engenheiros” do poder, sendo aliados do processo de tomada de decisão (Mauro, 2007, p. 114). Segundo ele, nas disputas parlamentares, a luta pela terra é despolitizada em seu caráter de rejeição à propriedade privada no curso da luta de classes, tornando-se mera agenda econômica (Mauro, 2007, p. 116).

Mauro continua sua reflexão contextualizando-a na eleição de Lula como presidente. Ele avalia como equívoco o personalismo na figura do Lula, que não foi acompanhada pela construção de bases objetivas e subjetivas que representaria e sustentaria seu mandato. Embora não rejeite a tática eleitoral, o autor afirma: “Nossa disputa não é eleitoral. Pode até incluir a eleição, mas nosso horizonte é a construção de uma nova sociedade” (Mauro, 2007, p. 115).

## **2 O golpe empresarial-militar e a derrota histórica das lutas por reforma agrária**

As eleições de 2022 aconteceram em conjuntura política decisiva para o campo democrático de enfrentamento ao neofascismo, representado pelo então presidente Jair Bolsonaro (PP). Os povos do campo, da floresta e das águas enfrentaram violentas consequências de ascensão da extrema direita, com o aumento da brutalidade, da degradação ambiental e da expansão das fronteiras

agrícola e de mineração. A Comissão Pastoral da Terra, na edição de 2022 de seus Cadernos de Conflitos no Campo, aponta para um cenário de crescente concentração fundiária, racismo ambiental e distribuição desigual de direitos. Sobre os conflitos no campo, a CPT afirma o seguinte:

Em média, no total, durante o Governo Bolsonaro houve 1.981,25 ocorrências de conflitos por ano, número consideravelmente maior que a média de 1.560,67 ocorrências de conflitos durante o Governo Temer e do que a média de 1.340,67 conflitos por ano no segundo governo de Dilma. Os números traduzem na prática o discurso de Bolsonaro no incentivo à violência e à invasão dos territórios, assim como reverberam a contra-reforma agrária empreendida desde o governo Temer e a paralisação dos processos demarcatórios de territórios tradicionais, com o avanço violento do agronegócio e da mineração contra os povos do campo, das águas e das florestas (CPT, 2022, p. 5)<sup>8</sup>.

Essa conjuntura neofascista conduziu à formação de uma frente ampla contra Bolsonaro representada pelo candidato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante o segundo turno da corrida presidencial, unificando espectros políticos bem distintos, inclusive à direita. Além disso, dado o protagonismo do MST na luta de classes no campo, o movimento se viu compelido a abranger suas arenas de disputa e lançar candidaturas próprias.

McAdam e Tarrow (2011), contribuindo para uma perspectiva dinâmica e interativa do fenômeno político, afirmam que o ciclo eleitoral é importante catalisador das atividades de movimentos sociais, uma vez que este período propicia a abertura de oportunidades e ameaças aos interesses das organizações. Amparados nisso, acreditamos que, em razão do agravamento da questão agrária e socioambiental, houve uma intensificação deste debate nas eleições de 2022 quando comparado com outros ciclos eleitorais da história política recente brasileira, o que contou com significativo fomento do MST e de seus candidatos.

Os autores defendem haver uma relação recíproca entre a dinâmica dos movimentos sociais na mobilização da opinião pública e o resultado das eleições, o que se apresenta como outro indício da interferência direta dos movimentos na política institucional. McAdam e Tarrow denominam essa relação como “confronto eleitoral”, que pode ser observada por cinco diferentes processos nesse sentido:

<sup>8</sup> Para ter acesso aos dados detalhados sobre a conjuntura da questão agrária ao final do Governo Bolsonaro, leia o relatório da CPT.

- 1) “eleições como uma tática do movimento”, como por exemplo pela candidatura direta de seus ativistas;
- 2) “mobilização eleitoral pró-ativa” de grupos de movimento, ou o apoio a partidos e candidaturas e o reforço de suas reivindicações centrais;
- 3) “mobilização eleitoral reativa” de grupos de movimento, ou a oposição a candidaturas e o balanço contestatório de mandatos;
- 4) “impacto a longo prazo de mudanças em ‘regimes eleitorais’ sobre padrões de mobilização e desmobilização dos movimentos sociais”, ou o resultado do processo político dos movimentos sociais ao longo da história no confronto eleitoral;
- 5) “polarização partidária induzida por movimentos”, provocada pelo contraste entre partidos apoiadores e opositores do movimento (Mcadam; Tarrow, 2011, p. 24).

Nesse sentido, observamos que o MST mobilizou todos os cinco processos acima durante o confronto eleitoral de 2022. No segundo turno da eleição presidencial, percebemos a disputa entre dois projetos políticos distintos no tratamento da questão agrária. De um lado, o programa de governo de Bolsonaro defendia a “regularização fundiária” pela titulação de proprietários de terras já identificados e cadastrados (leia-se: o enfraquecimento da política de assentamento rural e a legalização da grilagem<sup>9</sup>) e “o direito fundamental à legítima defesa e ao fortalecimento dos institutos legais que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos” (leia-se: intensificação da violência no campo) (TSE, 2022, p. 34).

De outro lado, as diretrizes do programa de governo da chapa Lula-Alckmin defenderam a “reforma agrária e o estímulo à economia solidária, à economia criativa e à economia verde inclusiva, baseada na conservação, na restauração e no uso sustentável da nossa biodiversidade” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 4). O programa cita em diversos aspectos a defesa da agricultura familiar, da

<sup>9</sup> Gustavo Prieto (2021) identifica na grilagem de terras o fundamento da formação territorial brasileira. Segundo ele, desde a Constituição Imperial de 1824 e a Lei de Terras de 1850, o Estado brasileiro produziu uma série de leis nacionais pelos mais variados governos que estabelecem marcos de descriminalização da apropriação privada de terras públicas. Tal processo consolidou a transformação da terra em propriedade privada, para reserva de valor e acesso ao crédito, ao passo em que fomentou a concentração fundiária. No caso do governo Bolsonaro, o autor considera a Medida Provisória 910 de 2019 convertida na Lei 2633/2020 como marco da grilagem, que estende o prazo para a regularização, bem como os limites do que se considera como “posse legítima” (Prieto, 2021).

agroecologia, da soberania alimentar e da reforma agrária nos itens 15 (transcrito acima), 57<sup>10</sup>, 65<sup>11</sup>, 66<sup>12</sup> e 67<sup>13</sup>.

Entretanto, o PT mantém aspectos que induzem a uma tentativa de conciliação de classes no campo, como desempenhado nos seus primeiros governos (2003 – 2016) pela concomitante defesa do agronegócio e da reforma agrária. Nos pontos 61<sup>14</sup>, 68<sup>15</sup> e 69<sup>16</sup>, o programa reforça a ideia de modernização agrícola, que, de acordo com Delgado, se caracteriza pelo “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo” (Delgado, 2001, p. 164), identificando, em seus termos, o “complexo agroindustrial” como estratégico

<sup>10</sup> “57. Vamos estabelecer uma política nacional de abastecimento, que inclui a retomada dos estoques reguladores e a ampliação das políticas de financiamento e de apoio à produção de alimentos, aos pequenos agricultores e à agricultura orgânica.” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 11).

<sup>11</sup> “65. Estamos comprometidos com a soberania alimentar, por meio de um novo modelo de ocupação e uso da terra urbana e rural, com reforma agrária e agroecológica, com a construção de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a produção e consumo de alimentos saudáveis. Daremos apoio à pequena e média propriedade agrícola, em especial à agricultura familiar. Políticas de compras públicas podem servir de incentivo à produção de alimentos saudáveis e de qualidade – que têm tido sua área plantada reduzida nos últimos anos por falta de apoio do Estado –, e de estímulo à ampliação das relações diretas dos pequenos produtores e consumidores no entorno das cidades.” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 12)

<sup>12</sup> “66. O fortalecimento da produção agrícola, nas frentes da agricultura familiar, agricultura tradicional e do **agronegócio sustentável**, é estratégico para repensar o padrão de produção e consumo e a matriz produtiva nacional, com vistas a oferecer alimentação saudável para a população. A experiência brasileira já demonstrou que esse é o caminho para superar a crise alimentar e ampliar a produção de alimentação adequada e saudável, por meio de medidas que reduzam os custos de produção e o preço de comercialização de alimentos frescos e de boa qualidade, fomentem a produção orgânica e agroecológica e incentivem sistemas alimentares com parâmetros de sustentabilidade, de respeito aos territórios e de democratização na posse e uso da terra.” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 13)

<sup>13</sup> “67. A Embrapa será fortalecida para identificar potencialidades dos agricultores e assegurar mais avanços tecnológicos no campo, essenciais para a **competitividade** e sustentabilidade tanto dos pequenos quanto dos grandes produtores.” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 13)

<sup>14</sup> “61. É preciso fortalecer e modernizar a estrutura produtiva por meio da reindustrialização, do fortalecimento da produção agropecuária e do estímulo a setores e projetos inovadores. Devemos fortalecer a empresa nacional, pública e privada, com instrumentos como financiamento, compras governamentais, investimento público, ampliando e agregando valor à produção, com ênfase em inovações orientadas para a transição ecológica, energética e digital.” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 12)

<sup>15</sup> “68. A produção agrícola e pecuária é decisiva para a segurança alimentar e para a economia brasileira, um setor estratégico para a nossa **balança comercial**. Precisamos avançar rumo a uma agricultura e uma pecuária comprometidas com a sustentabilidade ambiental e social. Sem isso, perderemos espaço no **mercado externo** e não contribuiremos para superar a fome e o acesso a alimentos saudáveis dentro e fora das nossas fronteiras.” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 13)

<sup>16</sup> “69. É imprescindível agregar valor à produção agrícola com a constituição de uma **agroindústria de primeira linha, de alta competitividade mundial**, e fortalecer a produção nacional de insumos, máquinas e implementos agrícolas, fomentando o **desenvolvimento do complexo agroindustrial**.” (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 13)

para a “balança comercial” e a “competitividade” da economia nacional (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 11-13).

Noutros pontos já citados, como os itens 66 e 67 do programa, há indícios da defesa de uma modernização ecológica capitalista, que associe nas mesmas políticas um certo “agronegócio sustentável” e a agricultura familiar (Coligação Brasil da Esperança, 2022). Ou seja, pelo apelo ecologista, busca-se abrir novos mercados que “economizem o ambiente”, recorrendo ao modo de produção capitalista para criar soluções socioambientais para a crise ecológica e de civilização criada pelo capitalismo e inerente a ele (Acserald, 2004; Löwy, 2013).

A plataforma da candidatura presidencial se apresenta como resultado da correlação de forças internas ao partido. Acontece que, na relação híbrida de cooperação entre MST e Partido dos Trabalhadores, evidenciam-se as contradições entre as defesas de movimento e partido. Ao mesmo tempo que o PT acolhe parte significativa do Programa Agrário do MST (2013), ele reafirma o “pacto da economia política do agronegócio” pela continuidade de seu compromisso com o Plano Estratégico para o Agribusiness Brasileiro formulado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) (Pompeia, 2020, p. 200).

No entanto, de um lado, os povos tradicionais do campo, da floresta e das águas e, de outro, o agromineronegócio, ambos abarcados pelo plano de governo do PT, encontram-se em constante conflito (e de caráter violento), por serem os seus interesses de classe inconciliáveis. Ao fomentar o crescimento do setor agropecuário, o governo estaria necessariamente se contrapondo ao campesinato.

É fato que PT e MST possuem afinidades e cooperação históricas, em especial pela rede de movimentos que se formou durante a criação de ambos no início dos anos 1980. Como visto, nas eleições, num contexto de combate ao neofascismo, as contradições entre movimento e partido foram relevadas. Contudo, uma vez eleito o presidente Lula, tais contradições podem representar desafios para os deputados ativistas do MST também eleitos pelo PT na defesa de suas plataformas.

De acordo com McAdam e Tarrow, essa interação de intermitência entre cooperação e conflito não se aplica apenas a MST e PT. Segundo os autores, “há uma tensão inerente entre a lógica do movimento e a da política eleitoral”. A política partidária tende, em comparação com movimentos, a uma lógica centrada, de coalizão. Já os movimentos são propensos à radicalidade, pelo seu forte compromisso com os interesses de determinado grupo social (McAdam; Tarrow, 2011, p. 32).

Desse modo, analisado o contexto de disputa eleitoral de ativistas do MST, passamos ao estudo do caso da eleição de Rosa Amorim como deputada estadual do Pernambuco, verificando de que forma sua candidatura e de outros ativistas contribuem taticamente para os objetivos de transformação social almejados pelo movimento.

### **3 A eleição de Rosa Amorim: deputada sem-terra**

Como visto anteriormente, nas eleições de 2022, pela primeira vez, a direção nacional do MST articulou candidaturas de ativistas aos legislativos federal e estaduais. Embora já tivessem ocorrido candidaturas e eleições de pessoas vinculadas ao MST, somente no último pleito a tática eleitoral foi assumida pelo movimento, partindo de decisão da direção nacional.

Rosana Fernandes, da direção nacional do movimento, afirmou em entrevista que “o trabalho prioritário durante a campanha eleitoral é eleger Lula, junto com uma bancada de parlamentares estaduais e federais que deem respaldo a uma política governamental que priorize as questões populares” (MST, 2022b). Quer dizer, as candidaturas do MST tinham por objetivo contribuir com a campanha presidencial de Lula, em aberta declaração de apoio do movimento ao partido, além de garantir a governabilidade na relação com o legislativo durante eventual mandato.

Das 15 candidaturas lançadas pelo movimento, 6 foram eleitas. Desse modo, antes de passarmos ao estudo do caso da deputada estadual do Pernambuco Rosa Amorim, na Tabela 1 abaixo sistematizamos as informações básicas dos deputados eleitos disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de contribuir para pesquisas futuras.

Em suma, foram duas mulheres negras, um homem negro e três homens brancos candidatos como ativistas do MST. Os quatro deputados estaduais concorreram a primeiros mandatos. Já os dois deputados federais foram reeleitos. Valmir Assunção (PT-BA) está em seu quarto mandato como deputado federal (2011 – 2026) e foi também deputado estadual da Bahia por dois mandatos (2005 – 2010). Já o Marcon do MST (PT-RS) foi deputado estadual do Rio Grande do Sul por 3 legislaturas (1999 – 2010) e foi reeleito para o seu quarto mandato como deputado federal (2011 – 2026).

Tabela 1 – Candidaturas do MST por cargo, estado, nº de votos, gênero, cor/raça e recursos recebidos

Nome do Candidato	Cargo	Estado	Nº de votos recebidos	Gênero	Cor/Raça	Recursos recebidos do Partido
<b>Rosa Amorim</b>	Dep. Estadual	PE	42 mil +	Feminino	Preta	R\$201.000,00
<b>Lúcia Marina dos Santos (Marina do MST)</b>	Dep. Estadual	RJ	46.422	Feminino	Parda	R\$170.000,00
<b>Manoel Missias Bezerra (Missias do MST)</b>	Dep. Estadual	CE	44.853	Masculino	Branca	R\$190.000,00
<b>Adão Pretto</b>	Dep. Estadual	RS	64.975	Masculino	Branca	R\$125.000,00
<b>Valmir Assunção</b>	Dep. Federal	BA	90 mil +	Masculino	Preta	R\$2.071.591,01
<b>Dionilso Mateus Marcon (Marcon do MST)</b>	Dep. Federal	RS	122.555	Masculino	Branca	R\$0,00

Fonte: Formulada pela autora com base em informações do TSE

Também destacamos a candidatura de Ruth Venceremos a deputada federal do Distrito Federal. Embora não tenha sido eleita, a drag queen, produtora cultural, educadora e militante do MST foi nomeada em 1º de janeiro de 2023 ao cargo de Assessora de Diversidade e Participação Social da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, posição que ocupou por 3 meses. Apesar de curta sua passagem no cargo, sua nomeação reafirma a hibridização de atuação do movimento social dentro e fora da política institucional.

Passamos a seguir ao estudo de caso do processo que elegeu a deputada Rosa Amorim. Para tanto, utilizamos como instrumentos metodológicos a pesquisa documental, com o intuito de: 1. conhecer a trajetória de vida da candidata; 2. compreender a relação entre sua plataforma de governo pelo PT com o projeto de reforma agrária do MST; e 3. analisar como se deu a associação entre partido e movimento social como estratégia de campanha de sua candidatura.

Eleita para o seu primeiro mandato como deputada estadual do Pernambuco, Rosa Amorim, de 27 anos, é considerada uma aposta do MST. Rosa se reconhece como mulher, negra, lésbica, sem-terra e artista. Em seu “perfil de lutadora” no site do MST, sua trajetória é descrita.

Rosa Amorim nasceu na luta. Sem Terrinha assentada em Normandia, na zona rural de Caruaru, no Agreste pernambucano, cresceu sabendo



reconhecer o valor da terra, da agricultura familiar camponesa e a importância da união do povo.

Faz parte de uma primeira geração de assentados que nascem já dentro da área conquistada. Ao lado de seus pais, Rubneuzza Leandro e Jaime Amorim, dirigentes do MST Pernambuco, pôde aprender, a partir das lutas de seu assentamento – palco de uma das mais simbólicas batalhas do MST em Pernambuco -, que ocupar vai muito além de espaços físicos.

Ainda na pré-adolescência, Rosa passou a integrar os movimentos culturais que aconteciam na cidade de Caruaru. Alinhada com os ideais feministas, também foi uma das precursoras da Marcha Mundial das Mulheres em Pernambuco. Ainda fez parte do movimento estudantil, desde o secundarista, se tornando referência no Levante Popular da Juventude e na União Nacional de Estudantes (UNE), onde compõe a diretoria de Cultura. (MST, 2022c)

Ademais, durante sua candidatura, Rosa era graduanda em Teatro pela Universidade Federal do Pernambuco, curso em que se formou em 2024. Ela é atriz e produtora cultural e liderou a construção da Campanha Mãos Solidárias no estado, iniciativa dos movimentos populares de solidariedade às pessoas em situação vulnerável durante a pandemia do coronavírus.

Chama a atenção na candidatura de Rosa Amorim a proximidade entre a sua Plataforma Colaborativa de governo (2022) e o Programa Agrário do MST (2013). Quer dizer, um traduz em políticas públicas a tática de execução dos objetivos do segundo, até mesmo, porque, a plataforma foi elaborada coletivamente por militantes do movimento durante os meses de junho a agosto de 2022.

O projeto de reforma agrária popular do MST está previsto neste Programa Agrário, elaborado em 2013 e aprovado no VI Congresso Nacional do movimento em 2014. Ele prevê os seguintes fundamentos sobre a terra:

A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. Para isso devemos lutar para:

- a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia;
- b) Impedir a concentração da propriedade privada;
- c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra;
- d) Eliminar o latifúndio;
- e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra;
- f) Assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas estrangeiras;
- g) Demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais. (MST, 2013, p. 35).

Para atingir esses fundamentos, o Programa prevê uma série de medidas a serem tomadas com a finalidade de democratizar o acesso à terra, tais como desapropriar terras improdutivas e que não obedeçam às legislações trabalhista e ambiental, estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade das terras agrícolas, eliminar todas as formas de cobrança de renda da terra, identificar e exigir a devolução de todas as terras públicas griladas, impedir que as áreas nas zonas de fronteira do país sejam entregues para grandes empresas, sobretudo de capital estrangeiro, etc (MST, 2013, p. 40-41).

Figura 1 – Capa da Plataforma Colaborativa de Rosa Amorim



Fonte: Federação Brasil da Esperança, 2022.

Além disso, associado aos objetivos relacionados à terra, o Programa estabelece mudanças estruturais a serem implementadas relativas à lida com os bens da natureza, o modo de produção, a produção de energia, as áreas de educação e cultura, os Direitos Sociais e as condições de vida.

Já a Plataforma Colaborativa da candidatura de Rosa Amorim é organizada em 13 eixos resultados dos debates diagnósticos e programáticos dos militantes do movimento: 1) Reforma Agrária e Regulamentação das Terras Indígenas e Quilombolas; 2) Agricultura Familiar, Agroecologia e Meio Ambiente; 3) Políticas para Mulheres; 4) Políticas para a População LGBTQIAP+; 5) Políticas para a

População Negra; 6) Políticas para a Educação do Campo, Indígena e Quilombola; 7) Políticas para a Educação nas áreas da Periferia Urbana; 8) Políticas de Saúde; 9) Políticas para as Juventudes; 10) Políticas de Cultura; 11) Políticas de Esporte e Lazer; 12) Trabalho, Emprego e Renda para a População; 13) Questão Urbana e Mobilidade (Federação Brasil da Esperança, 2022).

Dentre esses eixos, outro aspecto que desperta interesse é o caráter dialético atribuído à relação entre cidade e campo, compreendendo que se no campo as classes trabalhadoras não possuem acesso à terra, na cidade elas não têm acesso à moradia, bem como à qualidade de vida e aos direitos sociais.

Além da centralidade dada à questão agrária, a Plataforma contém políticas públicas de fortalecimento de direitos sociais voltadas ao combate às desigualdades de classe, raça, gênero, sexualidade, geracionais e ambientais, o que é resultado coletivo das alianças formadas na trajetória política de uma jovem militante. Assim, percebemos coerência entre os objetivos do movimento e da candidatura, que enfrentará maiores desafios para assim se manter durante o mandato.

Quanto às estratégias de campanha, percebemos também forte influência de sua participação no movimento social, principalmente pelas formas coletivas e voluntárias de construção e divulgação da candidatura. Da análise das redes sociais de Rosa no período de campanha, destacamos a seguir características marcantes em sua comunicação.

### **3.1 Identidade sem-terra**

A campanha explorou da identidade pessoal da candidata como identidade política, atribuindo vinculação entre sua história de vida e as bandeiras que defende. Ao se reconhecer como mulher, jovem, negra, lésbica, artista e, especialmente, sem-terra, Rosa busca a identificação de parcela do eleitorado, como forma de atribuir a ela a imagem de representante direta do povo.

Muito mais do que a mera associação a um movimento social ou a vinculação a uma parcela despossuída da classe trabalhadora, a condição de sem-terra se constitui como identidade. Para Natália Alvaides e Rosemeire Scopinho, ao migrarem de suas terras, os trabalhadores rurais perdem não só “a paisagem natal – a roça, a caça, os animais, a casa –, mas também os vizinhos, as festas, as maneiras de vestir, o entoado de falar, de viver, de louvar a Deus”, o modo de vida. O desenraizamento provoca o “desconhecimento do sujeito sobre a sua condição no mundo” (Alvaides; Scopinho, 2013, p. 288-289).

A identidade sem-terra busca reconstruir os laços culturais rompidos pelo processo de expropriação. Ao ingressarem na luta, além de retomarem a cultura de origem, os sem-terra acrescentam a ela aspecto político frente às transformações do rural que impactam suas histórias de vida. Passam a se reconhecer como herdeiros da tradição dos oprimidos e oprimidas pelo acesso à terra, inspirados, principalmente, nas Ligas Camponesas (Alvaides; Scopinho, 2013).

Na **Figura 2**, extraída do perfil oficial de Rosa, identificamos um abraço descontraído entre ela e Lula, as cores verde, amarelo e vermelho e os símbolos do MST e do PT lado a lado. Com o *slogan* “Primeira Sem Terra Deputada Estadual”, a candidata demarca sua identidade sem-terra e se posiciona politicamente através do movimento, reforçando sua representatividade.

Figura 1 – Arte da campanha de Rosa Amorim



Fonte: Amorim, 2022.

### 3.2 Construção coletiva da campanha

Além da já tratada Plataforma Colaborativa de Governo, a campanha de Rosa contou com outras dinâmicas aproximadas às da militância do MST. Dentre as estratégias, verificamos o financiamento coletivo, o trabalho voluntário, o Comitê Popular e a divulgação nos espaços ocupados pelo movimento e em outros. A candidata manteve suas atividades militantes durante a campanha eleitoral,

reafirmando sua vinculação com as bases. Esteve em passeatas e realizou atividades em assentamentos, quilombos, terreiros e favelas.

Figura 3 – Divulgação de atividade de campanha de Rosa Amorim no Assentamento Josias de Barros – PE



Fonte: Amorim, 2022.

### 3.3 Vinculação à candidatura presidencial de Lula e oposição à de Bolsonaro

Por fim, uma das mais proeminentes estratégias de campanha foi a vinculação à candidatura de Lula à Presidência da República e, concomitantemente, a oposição a Bolsonaro. Seria previsível esse alinhamento político, dada a filiação de Rosa ao PT. Contudo, vale ressaltar que ela coincide com o apontamento de Rosana Fernandes sobre a prioridade da eleição presidencial e a formação de base legislativa como o objetivo primordial das candidaturas de militantes do MST. Do mesmo modo, Rosa foi apoiada publicamente por Lula. Assim, evidencia-se a relação colaborativa entre movimento e partido durante as eleições.

A campanha decidiu por reforçar a imagem de Lula como figura popular e apoiador do movimento, apesar das supramencionadas defesas do presidente eleito sobre o pacto da economia política do agronegócio. É neste ponto que a análise do caso concreto se encontra com as problematizações teóricas sobre a conflituosidade inerente às táticas híbridas.

Quanto à oposição à Bolsonaro, ela se apresentou pela contrariedade às políticas de governo em curso e pelas suas manifestações eleitorais, especialmente em relação à questão agrária e ao MST. Enquanto a aliança com Lula leva a

contradições com as posições do movimento social, o que inerente à tática eleitoral, por outro lado, o palco que se cria agrega também em oportunidades contestatórias, quando a candidatura se opõe ao então presidente, o que demonstra a complexidade da hibridização tática.

Figura 2 – Publicação de Rosa Amorim em oposição a Bolsonaro



Fonte: Amorim, 2022.

Como se observa na Figura 4, a relevância da pauta agrária confirma a ideia de que as eleições são períodos em que se abrem oportunidades e ameaças aos interesses do movimento. Essa conjuntura se intensifica quando o então presidente, de extrema-direita, abertamente se opõe a um movimento social histórico e legitimamente organizado, colocando em risco sua liberdade política, o que demanda atuação incisiva e repúdio de seus militantes.

Além de Lula, Rosa Amorim contou, ainda, com o apoio de outros políticos e de figuras públicas com atuação na cultura e militância social, como, por exemplo, a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), o senador Humberto Costa (PT-PE), o deputado federal Túlio Gadêlha (REDE-PE), os cantores Chico Buarque, Caetano Veloso e Chico César, o ator Wagner Moura, o jornalista Chico Pinheiro e o dirigente nacional do MST João Pedro Stédile. Todos esses possuem grande alcance midiático e proporcionam engajamento nas redes sociais, o que contribuiu na candidatura de Rosa Amorim.

## Considerações finais

No decorrer deste trabalho, buscamos compreender o deslocamento do MST para uma hibridização de seus repertórios de ação coletiva ao eleger 6 de seus ativistas a cargos nos legislativos estaduais e federal. Concluimos que a tática eleitoral não anula a adoção de ações contestatórias em relação ao Estado. Afinal, ainda que tenham pretensões revolucionárias, os movimentos sociais não são outsiders da política institucional. Pelo contrário, eles são atores essenciais à rotina desta, especialmente em período eleitoral, quando se abrem oportunidades e ameaças aos interesses dos movimentos.

Desenvolvemos análise da conjuntura das eleições de 2022 em relação à questão agrária, destacando a oposição entre as candidaturas de Bolsonaro (PP) e Lula (PT) à Presidência da República. Com base nos programas de governo, percebemos que, embora a plataforma do PT acolha boa parte das reivindicações maturadas pelo MST em sua trajetória, ela mantém o pacto da economia política do agronegócio que desenvolveu quando esteve no poder entre 2003 e 2016, em proposta de conciliação de classes.

Por fim, exploramos as candidaturas dos ativistas do MST, realçando a deputada estadual do Pernambuco Rosa Amorim. Analisamos sua trajetória de vida e militância, sua Plataforma Colaborativa de Governo e suas estratégias de campanha, corroborando com a hipótese de Tarrow (2021) sobre a hibridização das ações coletivas de forma interna e externa à política institucional e a colaboração mútua entre partidos e movimentos sociais.

Em nossa avaliação, a relação de cooperação entre PT e MST é histórica e forma um senso de coesão entre partido e movimento, apesar das diferenças programáticas que são inúmeras. Embora haja partidos com maior aderência ao Projeto Popular para o Brasil formulado pelo MST e maior radicalidade em torno da questão agrária, a escolha pelo PT vem deste histórico, da viabilidade eleitoral, da territorialização partidária, do constante diálogo entre as bases de ambos. Isso não anula as contradições existentes, quando comparadas as plataformas presidencial de Lula e parlamentar de Rosa Amorim, o que pode levar à intermitência entre cooperação e conflito no decorrer do mandato de militantes do MST pelo PT, como apontam McAdam e Tarrow sobre a interação entre movimentos e partidos.

## Referências

- ABERS, Rebecca; ALMEIDA, Debora; BULOW, Marisa. Movements and parties: Beyond Contentious Performances. *PACO*. University of Salento, SIBA, 2022. ISSN: 2035-6609. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/26478/21996>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- AFONSO, José Batista. *O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará*. Marabá: Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, 2016.
- ALVAIDES, Natália; SCOPINHO, Rosemeire. De sem-terra a Sem-Terra: memórias e identidades. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 288-297, 2013.
- AMORIM, Rosa. *Instagram: rosamst\_*. Jun.–set. 2022. Disponível em: [https://www.instagram.com/rosamst\\_/](https://www.instagram.com/rosamst_/). Acesso em: 14 fev. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 26 fev. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm). Acesso em: 13 jul. 2023.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. *Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula-Alckmin 2023-2026*. 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b1196fd-Proposta%20de%20governo.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- CORRÊA, Ana Elisa Cruz. Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*. 2013. ISSN 2177-9503. Disponível em: [https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4\\_ana\\_elisa\\_GI.pdf#:~:text=](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_ana_elisa_GI.pdf#:~:text=). Acesso em 07 nov. 2024.
- CPT. *Conflitos no campo no Brasil*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino: Goiânia, 2022.



DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300013>.

DENCKER, Ada de Freitas Manetti; DA VIÁ, Sarah Chucid. *Pesquisa empírica em Ciências Humanas (com ênfase em comunicação)*. Editora Futura: São Paulo, 2008, 190p.

EXECUTIVA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA. *Apresentamos os nossos candidatos: força pra eles! Jornal dos trabalhadores sem terra*. N 57, São Paulo, out. 1986. Disponível em:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=4062303563344&pagfis=478>. Acesso em: 28 out. 2024.

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. *Plataforma Colaborativa de Rosa Amorim: Primeira Sem Terra Deputada Estadual*. Rosa Amorim (coord.). 2022.

GOLDSTONE, Jack. Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: GOLDSTONE, Jack (Org.). *State, parties, and social movements*. Davis: University of California, 2003.

GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Teoria e Debate*, 1990. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/debate/estrategia-politica-do-pt-2/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

LÖWY, Michael. *A Teologia da Libertação*: Leonardo Boff e Frei Betto. 2008. Disponível em: <http://xacute1.com/wp-content/uploads/2017/04/01-A-Teologia-da-Libertacao-Michael-Lowly.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

MARTINS, Adalberto; NUNES, Débora; GASPARIN, Geraldo. Reforma Agrária Popular. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique; VARGAS, Maria Cristina (Orgs). *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 635 - 641.

MAURO, Gilmar. A dialética das lutas socialistas: o MST e as novas formas de construção do poder popular na América Latina. *Em pauta*: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. 2011. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político de contestação. *Sociologias*, ano 13, n. 28, p. 18-51, set/dez. 2011.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. *Programa Agrário do MST*. São Paulo: MST, 2013.

MST. *MST nas eleições*. MST elege seis candidaturas em cargos estaduais e federais. 2022a. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/03/mst-elege-seis-candidaturas-em-cargos-estaduais-e-federais/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MST. *Eleições 2022*. Luta pela Terra: Conheça as candidaturas do MST nestas eleições. 2022b. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/23/luta-pela-terra-conheca-os-candidatos-do-mst-nessas-eleicoes/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MST. *Perfil lutadora*. História de uma mulher negra, lésbica, sem terra e artista do MST. 2022c. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/23/luta-pela-terra-conheca-os-candidatos-do-mst-nessas-eleicoes/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MST. *Quem somos*. 2024. <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizonte antropológico*, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020.

PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. DE (Ed.). *A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. p. 131-178.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. vol. II. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SEFERIAN, Gustavo. Brasil, 1º de abril de 1964: notas para a caracterização do golpe como empresarial-militar. In: MEDRADO, Nayara Rodrigues; TEIXEIRA, Leonardo Evaristo; SERRA, Marco Alexandre de Souza; MARTINS, Carla Benitez. (Org.). *Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2021, p. 455-470.

SEFERIAN, Gustavo. *Intersecções: Filosofia e Justiça Social* (palestra). UFMG: Belo Horizonte, 09 jun. 2023.

STEDILE, João Pedro. *Experiências históricas de reforma agrária no mundo*. Expressão Popular: São Paulo, 2020.

TARROW, Sidney. *Movements and parties: critical connections in American political development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TSE. *Plano de Governo 2023 – 2026 Bolsonaro*. 2022. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/908966/5\\_1660093698051.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/908966/5_1660093698051.pdf). Acesso em: 14 jul. 2023.

TSE. *Resultados Eleição Ordinária*. 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 14 jul. 2023.

## Sobre a autora

### **Carol Matias Brasileiro**

Doutoranda (2027) e mestre (2022) em Direito na área de estudos Direito do Trabalho e Crítica pela UFMG. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC Minas (2020). Bacharel em Direito com estudos complementares em Ciências Sociais pela UFMG (2018). Extensionista do Projeto Caminhos do Trabalho Brasil da Fundacentro-MTE. Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), do Grupo de Pesquisa Trabalho e Resistências (UFMG) e do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (GPTC-USP). Advogada trabalhista. [carolmbrasileiro@gmail.com](mailto:carolmbrasileiro@gmail.com).